

A educação do corpo fora da escola: as origens das colônias de férias na Espanha¹

Education of the body outside the school: the origins of school holiday camps in Spain

Pedro L. Moreno Martínez²

RESUMO

As colônias de férias, gestadas na Suíça em 1876, experimentariam uma difusão rápida pela Europa e seriam introduzidas no começo do século XX em outros continentes. Neste texto são analisados os primórdios do movimento internacional pelas colônias de férias e, com ênfase especial no caso espanhol, os contextos sociais, a incipiente ação pública a favor da proteção à infância, bem como, os princípios pedagógicos e higiênicos que lhes deram suporte. São estudados os processos da recepção e propagação das colônias de férias na Espanha durante o período entre 1887 e 1936, as mudanças operadas nas ideias que as fundamentavam, as normas que as regulavam, o alcance e a evolução de tais iniciativas, assim como os fatores políticos e ideológicos que condicionaram o seu devir histórico.

Palavras-chave: Espanha; colônias de férias; educação do corpo; higienismo.

1. N. T. – Dada a relação direta e orgânica entre as colônias escolares de *vacaciones* e a educação escolar na Espanha, é preciso observar que não se trata da mesma instituição organizada por clubes, associações profissionais ou similares, tão comum no Brasil ainda hoje. Mesmo assim, o termo original em espanhol foi vertido para o português como colônia de férias, somente, com a devida anuência do autor. Conforme o contexto aquela instituição educativa será aqui identificada como colônias de férias ou colônias escolares.

2. Universidad de Murcia (España) - Tradução: Marcus Aurélio Taborda de Oliveira

ABSTRACT

School holiday camps began in Switzerland in 1876 and rapidly spread throughout Europe until, by the early twentieth century, they had reached other continents. The text analyses the beginnings of this international movement, with special attention paid to Spain, social contexts, the incipient public actions aimed at child protection and also to the pedagogical and hygienist principals which lay behind the camps. The article looks at the reception and propagation processes of school camps in Spain from 1887 to 1936 and reflects on the changes to the original ideas, the rules which governed the camps and scope and development of these initiatives. Political and ideological factors which shaped the historical progress of the summer camps are also covered.

Keywords: Spain; holiday camps; body; education; hygiene.

Introdução

As colônias de férias surgiram na Suíça por iniciativa do pastor M. Walter Bion, que no verão de 1876, com a colaboração de dez professoras e professores, levou 68 meninas e meninos pobres da escola de Zurique, durante quatorze dias, às montanhas do cantão suíço de Appenzell para que desfrutassem do ar puro e de comida simples e sólida (BION, 1887, p. 13). Os resultados seriam tão satisfatórios que a experiência se espalharia com rapidez e profusão por outras cidades suíças como, por exemplo, Biel (1878), Genebra e Berna (1879), Neuchatel (1880), Winterthour (1881) y Lausane (1884), por outros países europeus, tais como, por exemplo, Alemanha e Reino Unido (1878), Áustria (1879), França, Itália e Noruega (1881), Holanda (1883), Suécia (1885), Bélgica (1886), além de Dinamarca, Polônia ou Rússia. Nos anos finais do séc. XIX o movimento das colônias de férias estava difundido por parte significativa da Europa. Logo alcançaria outros países além da Europa: Austrália (1900), Japão (1901), Argentina (1902) e Estados Unidos (1903) (BION, 1901, DELPÉRIER, 1908, p. 15-60).

O êxito alcançado pelas colônias e a ampla difusão internacional daquela experiência provocaram a pronta convocatória de congressos. Ao primeiro deles, presidido pelo Dr. Falk, ex-ministro de Instrução Pública da Prússia, celebrado

em Berlin em novembro de 1881, acorreram delegados de 24 cidades alemãs, suíças e austríacas (ONTAÑÓN, COSTA, 1882, p. 250). Já, no segundo congresso, realizado em Bremen em 1885, se elevaria a 78 o número de cidades alemãs, austríacas e holandesas representadas (SELA, 1887, p. 227). Nos dias 13 e 14 de agosto de 1888 seria levado à cabo um congresso internacional em Zurique, do qual participaria, pela primeira vez, um delegado espanhol, o Diretor do Museu Pedagógico, Manuel Bartolomé Cossío (COSSÍO, 1888, p. 219).

O movimento das colônias de férias era promovido, desde uma perspectiva pedagógica, como reação ao excesso de intelectualismo escolar, aos hábitos sedentários disseminados pela escola, à excessiva permanência das crianças nas salas de aula e às condições inapropriadas do mobiliário e dos espaços escolares, os quais provocavam funestas consequências para a saúde das crianças. Além disso, desde uma perspectiva higiênico-sanitária, as colônias se propunham como um meio para paliar as condições das moradias onde viviam as classes populares nas cidades, com pouca ou nenhuma ventilação, espaço reduzido e falta de limpeza. Um tipo de moradia nas quais os seus ocupantes conviviam amontoados sob um ar viciado e à base de uma alimentação escassa que deteriorava a saúde física e moral da infância, contribuindo para que se mantivessem as altas taxas de mortalidade infantil. O padecimento das classes populares de uma vida extremamente precária nas grandes cidades afetava de um modo especial a infância. A situação na Espanha era particularmente grave, pois, no começo do século XX, o país apresentava uma das taxas de mortalidade infantil mais elevadas dos países europeus. Entre 1900 e 1905 uma em cada três (32%) das crianças espanholas menores de 5 anos falecia, frente a um quadro de um em cada seis (16,1%) na Suécia (1891-1900) ou um em cada cinco (20,3%) na França (1898-1903) (COHEN AMSELEM, 1996, p. 110).

Diante de tal situação eram exigidas diferentes medidas. Por um lado, os pedagogos se pronunciavam a favor de uma concepção de educação que tivesse como finalidade o desenvolvimento harmônico de todas as capacidades dos indivíduos, fossem físicas, intelectuais ou morais. Ou seja, advogava-se a necessidade de uma educação completa ou integral. Por outro lado, em um momento no qual se produzia um espetacular desenvolvimento experimental-positivista da biologia, da medicina, da psicologia ou da higiene, os higienistas propunham o saneamento das cidades, melhoras na qualidade das moradias e transformações nas condições das escolas, as quais deveriam incorporar jardins, pátios e campos para atividades ao ar livre.

As transformações demográficas originadas pela crescente emigração das zonas rurais para os núcleos urbanos e industriais, que teve lugar durante a segunda metade do século XIX, produziram a aglomeração e a piora das condições de vida das classes populares urbanas. Naquele período, na Europa

se generalizou um movimento em favor da saúde, para o qual a higiene não era mais uma questão pessoal, mas um problema de ordem pública. A higiene, e com ela a saúde, superava as fronteiras do estritamente privado e passava a ser considerada e valorizada em sua dimensão social. A preocupação com a saúde propiciou, entre outros elementos, a promoção do esporte e da atividade física em prol do cuidado e da melhoria da raça. Por extensão, tais princípios alcançariam as concepções e práticas educativas. A higiene escolar se ocuparia tanto dos cuidados pessoais que requeriam os alunos, como das condições que deveriam reunir as escolas, o material escolar e a organização das mesmas com o fim de melhorar a saúde dos escolares (MORENO MARTÍNEZ, 2006).

Neste contexto, as colônias de férias surgiram como uma instituição de higiene preventiva, com uma patente projeção sócioeducativa, destinadas, primordialmente, a meninas e meninos de famílias sem recursos, com uma saúde debilitada, para amenizar ou compensar os efeitos do intelectualismo escolar e das condições de vida que as grandes cidades, as moradias e as próprias escolas impunham à infância. No entanto, às colônias escolares não só se atribuía uma função higiênica, de caráter preventivo, mas também uma dimensão educativa. Junto aos efeitos benéficos sobre a saúde das crianças, as colônias também tinham consequências positivas na sua educação intelectual e moral. Com elas, se pretendia “atender, antes de tudo, aquelas crianças que começam a ter debilidades, que guardam oculto o gérmen da tuberculose, e especialmente àqueles consumidos por uma má e escassa alimentação, ou por condições insalubres da casa e de todos os seus hábitos de vida; há aqueles que para conter o mal, para fortalecer a natureza, para prevenir a enfermidade, mais que para curá-la, necessitam, como únicos remédios, ar fresco e puro, uma habitação saudável, alimento substancioso, movimento, brincadeiras e alegria. Reconhecia-se, também, a absoluta necessidade de combinar com a higiene a educação, de fazer com que um elemento pedagógico presidisse esta obra, sem o qual, tratando-se de crianças, fica sempre, sem dúvida alguma, incompleta. Havia, em suma, que associá-la à escola” (COSSÍO, 1888, p. 206).

A proteção à infância na Espanha no começo do século XX

No começo do século XX a Espanha contava apenas com uma frágil legislação protetora e com precárias instituições adequadas para responder ao amplo espectro de problemas que afligia a infância: mortalidade, exploração, abandono, mendicância, etc. Ao longo das duas primeiras décadas do mesmo século a legislação começou a intensificar-se e modernizar-se, abrindo-se certas possibilidades de atuação neste âmbito. Assim, cabe destacar o projeto de lei de

proteção à infância redigido pelo doutor Tolosa Latour, da Sociedade Espanhola de Higiene, o qual seria sancionado por Alfonso XIII no dia 12 de agosto de 1904. Quatro anos depois se promulgaria a sua regulamentação (GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 1998, p. 13).

A Lei de Proteção à Infância de 1904 pretendia, entre outras finalidades, melhorar a saúde física e moral da criança. A configuração fixada pela sua regulamentação tanto para o Conselho Superior como para as Juntas Provinciais, refletia os principais âmbitos de proteção à infância. Assim, tanto o órgão máximo nacional como os provinciais contariam com uma Comissão Executiva e cinco seções relativas à Puericultura e primeira infância; Higiene e educação protetora; Mendicância e ociosidade; Patronatos e centros de reeducação, e Jurídica e legislativa.

O relativo impulso à proteção à infância motivado por tais normas, assim como por outras leis sociais promulgadas, contrasta com a carência de uma precisa cooperação social e de uma maior atenção pública para seu desenvolvimento e efetividade. Uma mostra disso seria, por exemplo, a não celebração do Congresso Nacional de Educação Protetora da Infância abandonada, viciosa e delinquente, previsto para 1908, em que pese contar na sua comissão organizadora com personalidades como o Marquês de la Vega de Armijo, Azcárate, Lastres, Cabeltón e Tolosa Latour, e da produção de um notável conjunto de trabalhos sobre aquele tema (MORENO, 2008). Não obstante, já desde o final do século XIX, havia começado a surgir iniciativas que influíam no âmbito da saúde e da proteção à infância. Assim, foram criados estabelecimentos especializados na atenção sanitária como, em 1876, o *Hospital del Niño Jesús*, de Madri. Dez anos depois se institucionalizaria, na universidade espanhola, o ensino de pediatria, desenvolvendo-se progressivamente uma medicina diferenciada para a infância. A favor da higiene pública se advogava, com medidas em prol da vacinação, pela incorporação da helioterapia e da talassoterapia, ou terapêutica natural marinha, propagada na Espanha pelos doutores higienistas Montejo, Méndez Álvaro, Bonilla, Jove, Ulecia, Bejarano, Larra, Cerezo Lozano, Calatraveño e, especialmente, por Tolosa Latour, iniciador da *Asociación para la Fundación de Sanatorios y Hospicios Marinos en España*, criada em 1892, etc. (LÓPEZ NUÑEZ, 1908, p. 185).

Foi neste contexto que, desde finais do século XIX ou inícios do século XX, começaram a ser criadas, por iniciativa pública ou privada, uma série de instituições de proteção à infância relacionadas com a assistência social (asilos, orfanatos, comedores gratuitos, etc.), a higiene, a puericultura e a pediatria (serviços provinciais de higiene infantil, consultórios para lactantes e *gotas de leche*, escolas para mães, inspeção médico-escolar, etc.). Ao mesmo tempo, desde a pedagogia, em consonância com as correntes higienistas e a higiene

escolar, surgiam iniciativas a favor da educação física, dos passeios escolares, dos exercícios corporais, do trabalho manual ou as chamadas instituições para-escolares, isso é, cantinas, roupeiros, caixas escolares e colônias escolares.

As colônias de férias na Espanha

As colônias de férias foram introduzidas na Espanha, no verão de 1887, pelo Diretor do Museu Pedagógico, o *institucionista* Manuel Bartolomé Cossío³. O Museu Pedagógico, criado 1882, não permaneceria alheio ao movimento em favor da educação física, que nas últimas décadas do século XIX se disseminava pela Europa, em prol de um desenvolvimento harmônico de todas as faculdades dos escolares (GARCÍA DEL DUJO, 1985, p. 142). Cossío concebia as colônias de férias, em consonância com o movimento europeu existente, como uma instituição complementar à escolarização, capaz de mitigar os efeitos perniciosos que na saúde dos escolares poderiam provocar tanto os locais e programas escolares, como as condições de vida das classes populares nas grandes cidades. A missão das colônias era, pois, “remediar ou prevenir males tão graves, [...] de cujo alívio depende o porvir físico da raça e mesmo os resultados da educação” (MUSEO PEDAGÓGICO DE INSTRUCCIÓN PRIMARIA, 1888, p. 7). Aos interesses educativos e higienistas presentes na promoção das colônias de férias, é necessário acrescentar as preocupações sociais próprias das pessoas vinculadas à *Institución Libre de Enseñanza* que, desde uma clara influência krausista, podem ser situadas nos princípios próprios de uma ideologia liberal, progressista e reformista (MARTÍNEZ NAVARRO, 1887, p. 191-192).

O lugar escolhido para levar a cabo a primeira colônia do Museu, dirigida pessoalmente por Cossío acompanhado pelo secretário do Museu, o também *institucionista* Ricardo Rubio, seria o povoado de San Vicente de la Barquera, na Cantábria, onde 18 crianças procedentes das escolas públicas de Madri permaneceriam durante um período de 33 dias. Diante do êxito das primeiras experiências Pedro de Alcántara García, que fora diretor interino do Museu Pedagógico desde sua fundação até a nomeação de Cossío, reclamaria em 1891,

3. N.T. Refere-se aos intelectuais ligados à *Institución Libre de Enseñanza*, entidade privada fundada em 1876, que por muitos anos serviu como inspiração para as reformas da instrução pública na Espanha, até a instauração da ditadura franquista, pela qual foi fechada.

que se publicasse alguma disposição promovendo as colônias escolares e ainda oferecendo recursos para subvencionar as que se realizassem em determinadas condições; o que poderia, sem dúvida, servir de estímulo aos professores, ao poder legislativo, às prefeituras e às associações particulares. Porque a verdade é que o silêncio ou a indiferença da Administração [pública] em assunto dessa natureza, não é o meio mais adequado para implantar instituições como as Colônias (ALCÁNTARA GARCÍA, 1891, p. 186).

As colônias de férias seriam criadas oficialmente pelo Real Decreto de 26 de julho de 1892 (*Gaceta de Madrid* de 27 de julho). Em tal Decreto era assinalado, entre os fins principais de una instituição que se inscrevia no movimento em favor da infância, o “favorecer a ação regeneradora da educação fora da escola”. As colônias escolares eram consideradas, pela norma, como um “meio eficaz de regeneração física e moral do povo”. Não obstante, em que pese o potencial de regeneração atribuído pelo Estado às colônias escolares, e essas “merecerem toda classe de proteção”, não se assumia a sua promoção por meio de recursos públicos, mas se pretendia mobilizar a opinião pública para que as impulsionasse, respondendo “ao chamamento da caridade e do patriotismo”.

Posteriormente as colônias seriam reguladas, principalmente, por meio da Circular da *Dirección General de Instrucción Pública* de 15 de fevereiro de 1894, estando à frente da mesma, Eduardo Vicenti. A Circular, em cuja preparação é mais que provável a participação de Cossío, incluía as *Instrucciones prácticas para la organización y régimen de las colonias escolares*, e se converteria em uma referência obrigatória não só de caráter legal, mas também pedagógico.

As colônias escolares receberiam um novo impulso a partir do Real Decreto de 19 de maio de 1911 (*Gaceta de Madrid* de 20 de maio), ocupando a *Dirección General de Primera Enseñanza* o institucionista Rafael Altamira. O recurso destinado às mesmas passaria do valor simbólico de 10.000 pesetas, que havia sido consignado ao longo da primeira década do novo século, a 100.000 pesetas. Além disso, o Ministério assumiria uma função de promoção e supervisão das iniciativas encomendando a sua organização à *Dirección General de Primera Enseñanza*, ao mesmo tempo em que passavam a depender da *Dirección General* aquelas colônias que, impulsionadas por instâncias públicas ou privadas, contavam com fundos do Ministério para o seu financiamento. As principais normas ulteriores (Orden Circular de 15 de julho de 1912 e a Real Orden de 9 de julho de 1920), se limitariam a regular a concessão, execução e justificativa de gastos das subvenções concedidas.

O apoio econômico mais destacável do Estado a favor das colônias esco-

lares se produziu durante o primeiro biênio da Segunda República. Em 1931 os investimentos para tal fim eram de 250.000 pesetas, os de 1932, 400.000 e, os de 1933, 600.000 (LLOPIS, 1933, p. 225). Além disso, foi criada no *Ministério de Instrucción Pública y Bellas Artes*, por Decreto de 27 de abril de 1935 (*Gaceta de Madrid* del 30), uma *Comisión Central de Colonias, cantinas y roperos escolares*, para a qual foi nomeado presidente efetivo a Aniceto Sela Sampil. A esta comissão estavam designadas três funções fundamentais: distribuir os valores estipulados nos recursos destinados às colônias, propor normas para regular o trabalho das mesmas e inspecioná-las.

As *Instrucciones prácticas para la organización y régimen de las colonias escolares*, promulgadas a circular de 15 de fevereiro de 1894, mantiveram sua vigência e com elas o modo de entender e desenvolver a prática das colônias escolares. No entanto, propiciaram novas ou acentuaram certas tendências no seu desenvolvimento.

Junto à persistência dominante dos modelos tradicionais de colônias – no que se refere à sua organização, concepções e práticas pedagógicas – daquelas em que as crianças permaneciam em torno de um mês no mar ou na montanha, surgiram, com menor profusão, aquelas outras modalidades de colônias escolares. As semicolônias se desenvolveram em localidades como, por exemplo, Barcelona, a partir de 1913, Bilbao (que já contava com elas em 1917) e, posteriormente, Cartagena, em 1921 (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 1932, p. 141-143; GARCÍA DEL REAL, 1917, p. 753; MORENO MARTÍNEZ, 1999, p. 139-140). Esse tipo de colônias, dirigidas igualmente por professores, combinavam a vida em plena natureza com o regresso diário das crianças ao domicílio familiar, ao anoitecer. Essa modalidade, destinada a crianças procedentes das escolas públicas não contempladas para participar das colônias tradicionais, permitia reduzir os custos, além de levar os benefícios que as colônias ofereciam a um maior número de meninas e meninos. Surgiram, ainda, outras classes de colônias cuja particularidade fundamental radicava no público que acolhiam, uma vez que estavam destinadas a grupos específicos. Assim, por exemplo, Barcelona criou colônias de aprendizes e colônias de surdos-mudos. Em outros casos as colônias se orientaram aos filhos dos trabalhadores de uma empresa determinada como, por exemplo, de *l'Energia eléctrica de Catalunya* (SOLER, 1995, p. 29) ou entidade, como a colônia do *Círculo Instructivo Ferroviario de Játiva* (CRUZ, 1991, p. 90).

A partir da segunda década do século XX as colônias iriam alcançando um maior grau de institucionalização e desenvolvimento auspiciado tanto pelo *Ministerio de Instrucción Pública y Bellas Artes*, ao aumentar as quantidades consignadas de recursos públicos para as mesmas, como por corporações públicas e entidades privadas que favoreciam sua implantação e a sua sustentação.

Um traço que evidencia o grau de consolidação que o movimento de colônias foi adquirindo na Espanha pode ser encontrado em propostas de projetos arquitetônicos específicos e na construção de edifícios destinados às mesmas. O primeiro deles, inaugurado no verão de 1904, foi promovido, sem nenhum apoio oficial, pela *Corporación de antiguos alumnos de la Institución Libre de Enseñanza en San Vicente de la Barquera* (ONTAÑÓN, 2004, p. 83). Outras casas de colônias seriam construídas, entre outras localidades, em Barcelona, Cartagena, Valencia, Valladolid e Vigo.

Com a crescente preocupação em dotar as colônias de instalações apropriadas também surgiu a necessidade de facilitar a professoras e professores que se responsabilizavam por elas, uma qualificação específica. Ainda que não tenha existido um plano estatal de formação, em localidades que deram grande impulso ao movimento das colônias, como foi o caso de Barcelona, foram organizadas, a partir de 1916, conferências com tal propósito (SOLER, 1995, p. 51-53).

Mesmo carecendo de estadísticas que cubram sem solução de continuidade o período que transcorre desde a introdução das colônias escolares na Espanha em 1887, até o começo da Guerra Civil em 1936, e ainda que seja preciso seguir fomentando os estudos de caráter local e regional que permitam aprofundar o conhecimento da evolução daquele movimento, se pode advertir que o processo de difusão e expansão das colônias escolares na Espanha, ao longo das primeiras décadas do século XX, esteve condicionado pelo apoio econômico prestado pelo Estado. Sua expansão esteve associada ao incremento da quantidade de recursos destinados no âmbito do Estado. Entrementes, as subvenções concedidas cobriam, no geral, pouco mais que uma parte do gasto total efetuado, motivo pelo qual foi preciso recorrer à colaboração das câmaras provinciais, prefeituras, entidades públicas e privadas, subscrições populares etc., para a sua manutenção.

O impulso dado às escolares em algumas localidades também guardou relação com as transformações experimentadas nas políticas municipais de corte republicano. Assim, por exemplo, Madri passou de 10.000 pesetas em 1912, a 150.000 em 1918, no financiamento das suas colônias, uma quantidade de recursos que chegaria a 500.000 pesetas no final dos anos 20. Segundo Martínez Navarro “esta evolução foi concomitante, naquele tempo, com aquela experimentada pela política municipal madrilenha que, a partir de 1917, transitou desde as posturas monárquicas anteriores, a outras republicanas e socialistas e imprimiu à questão escolar um novo e jamais antes conhecido impulso” (MARTÍNEZ NAVARRO, 1996, p. 69). A influência positiva das tendências republicanas das municipalidades sobre as colônias escolares também foi detectada em capitais de província como Valladolid, Sevilla ou Valencia (NIETO PINO, 1996, p. 373; ALGORA ALBA, 1994, p. 541; CRUZ, 1990, p. 68).

Durante a ditadura de Primo de Rivera (1923-1930), o interesse governamental pela luta antituberculose teve um incremento notável, assim como, a partir de 1923, as dotações orçamentárias para aquele fim. Entretanto, a influência da ditadura primorriverista nem sempre foi positiva para as colônias escolares. Assim, desde 1924 a 1929, a municipalidade de Gerona suspendeu suas colônias (SOLER, 1995, p. 34-35) e a de Barcelona as semicolônias. Mesmo assim, as colônias de Barcelona mantiveram uma média anual de colonos entre 1924 e 1929 em torno de 1.300, um número similar àquele que apresentaram de 1921 a 1923. Durante o *Directorio a ciudad condal* experimentou um freio no importante impulso em favor das colônias, iniciado nos primeiros anos da década de 20, impulso que seria retomado a partir de 1930, ano em que participaram um total de 2.601 colonos das colônias organizadas pela prefeitura de Barcelona (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 1932, p. 9-143).

A evolução quantitativa das colônias escolares na Espanha põe de manifesto o importante crescimento experimentado desde sua gestação em 1887, até a Segunda República, nos anos 30 do século XX. No entanto, a tendência não foi constante ao longo do período considerado. As colônias escolares tiveram um lento período de implantação inicial no final do século XIX. Entre 1887 e 1897 um total de 1.413 crianças de ambos os sexos (914 meninos e 499 meninas) participariam em 56 colônias promovidas pelo Museu Pedagógico, a Universidade de Oviedo, assembléias provinciais, prefeituras, sociedades econômicas de amigos do país e outras instituições públicas e filantrópicas. Ao longo dos seus primeiros onze anos de existência as colônias escolares estiveram ao alcance de um reduzido número de crianças de apenas oito províncias espanholas. As cidades que maior número de colônias levariam à cabo seriam as de Barcelona, com 26 e Madri, com 11. As iniciativas restantes ocorreriam com a seguinte distribuição: oito em Granada, três em Baleares, Oviedo e León, uma em Santiago e outra para crianças procedentes de Madrid y Valencia (SALCEDO Y GINESTRAL, 1900, p. 37). O processo de implantação dessas instituições para-escolares, que manteve durante a primeira década do século XX a mesma lentidão observada no final do século XIX, recebeu um importante impulso graças, pelo menos em parte, ao apoio econômico recebido do Estado, propiciado pelo Real Decreto de 19 de maio de 1911. Em 1916, primeiro ano em o que o *Ministerio de Instrucción Pública* oferecia dados globais do número de colônias celebradas, essas alcançaram o número de 127, organizadas em um total de 27 províncias. Os dados, agrupados por distritos universitários, detalhavam o que era relativo a determinadas cidades que desenvolveram o maior número de colônias de férias: Oviedo contara com 28, Barcelona com 25, Granada com 10, Valencia com sete e Madri com três colônias.

Uma década mais tarde, segundo Rufino Blanco, no verão de 1926, teria

ocorrido na Espanha um número próximo a uma centena de colônias escolares, às quais acorreram 6.500 crianças procedentes de 27 províncias (BLANCO Y SÁNCHEZ, 1927, p. 266-267). Assim, pois, como já constatamos para os casos de Barcelona e Gerona, a ditadura de Primo de Rivera trouxe consigo em algumas regiões o estancamento da oferta colonial e, em outras, inclusive o seu desaparecimento temporário. Em termos gerais, na comparação dos dados oficiais de 1916 com os de 1926, cabe assinalar que, ainda que com relação ao número de províncias onde ocorreram colônias o balanço seja estável, não sucedeu o mesmo com o número de colônias desenvolvidas, cujo número diminuiu sensivelmente.

O momento de máxima expansão constatada das colônias escolares na Espanha se situa entre 1932 e 1933, em pleno biênio transformador, durante a Segunda República, período que coincide, como assinalamos, com importantes incrementos orçamentários destinados às colônias escolares. Os dados referidos a ambos os anos mostram que o movimento se havia expandido à maior parte das províncias, restando apenas dez em 1932 e oito em 1933, nas quais não eram organizadas. Os números, muito similares para ambos os anos, mostram que, por exemplo, em 1933 foram realizadas na Espanha 277 colônias – 86 para meninos, 73 para meninas e 114 mistas – às quais acorreram um total de 30.812 colonos – 15.887 meninos e 14.925 meninas. Não obstante, a distribuição geográfica das colônias refletia fortes e tradicionais desequilíbrios internos, dado que a metade dos colonos procedia de quatro províncias apenas – Barcelona, com 4.988, Madri, com 4.632, Valência com 3.000 e Astúrias com 2.569 participantes (PRESIDENCIA DEL CONSEJO DE MINISTROS, 1935, p. 22-23).

QUADRO 1. EVOLUCIÓN CUANTITATIVA DAS COLÔNIAS ESCOLARES NA ESPANHA (1887-1933)*

Anos	N.º de colônias	N.º de colonos (as)	N.º de províncias com colônias
1887-1897	56	1.413	8
1916	127	-	27
1926	100	6.500	27
1933	277	30.812	42

* Elaboração própria a partir da Circular de 21 de maio de 1917. *Boletín Oficial del Ministerio de Instrucción Pública y Bellas Artes*, Madrid, v. 8, n. 52, jun 1917; (BLANCO Y SÁNCHEZ, 1927, p. 266-267; PRESIDENCIA DEL CONSEJO DE MINISTROS, 1935, p. 22-23; SALCEDO Y GINESTRAL, 1900, p. 37).

Outro traço que caracterizou a evolução das colônias escolares na Espanha durante as primeiras décadas do século XX foi o aumento e a diversificação do número e do tipo dos seus promotores. Junto à persistência da filantropia proveniente, com maior frequência, das municipalidades, assembleias provinciais ou sociedades econômicas, passaram a somar outras entidades e associações de diversa índole, entre as quais cabe mencionar, por exemplo, a própria *Dirrección General de Primera Enseñanza*, entidades afins à *Institución Libre de Enseñanza*, como o *Instituto-Escuela de Sevilla*, Escolas Normais, como a de Navarra, entidades de poupança, como, em Vigo, a *Caja de Ahorros Municipal*, partidos políticos como os grupos socialistas ou republicanos da cidade de Valencia, ou ordens religiosas da mesma cidade, entidades de assistência social como a Cruz Vermelha etc. (CRUZ, 1991, p. 36; ALGORA ALBA, 1996, p. 466-484; GUIBERT NAVAZ, 1983, p. 201; PEREIRA DOMÍNGUEZ, 1991, p. 11-30; ESTEBAN, 1989, p. 24-35; MORENO MARTÍNEZ, 2000, p. 142-156). Assim, pois, não cabe mencionar somente o grande número de entidades e associações que promoveram colônias, mas também, de forma muito especial, o amplo espectro ideológico das mesmas. No entanto, não parece que a vinculação ideológica do promotor tivesse implicações importantes na organização, no desenvolvimento e nos resultados auferidos nas diversas colônias escolares, como foi possível mostrar no caso de Valencia.

O êxito discreto que as colônias de férias alcançaram na Espanha no final do século XIX, e com maior profusão, no primeiro terço do século XX, guarda relação com os conflitos e transformações sociais que se originaram naquele período. A confluência de diversos fatores, vinculados ao trânsito de uma sociedade agrária e rural para uma outra industrial e urbana, propiciaram a sua expansão. As colônias de férias se constituíram como uma iniciativa na qual, ao menos em um primeiro momento, prevaleceu o apoio de certos estratos da burguesia que, com uma clara vocação beneficente, intentavam minimizar algumas das perniciosas consequências provocadas pela industrialização, a urbanização e a pobreza de amplos setores das classes populares urbanas. Para além de tranquilizar as consciências daqueles grupos, e dos ótimos resultados físicos operados nos participantes, essas iniciativas propiciaram um modo de legitimação social de seus promotores, encontrando uma tênue resposta no seio do cada vez mais vigoroso movimento operário (PEREYRA, 1982).

Entrementes, conforme transcorreram as primeiras décadas do século, se produziu uma transformação no papel do Estado. Esse passou de mero protetor a promotor das mesmas, reforçado pelo impulso progressivo que, primordialmente, corporações municipais socialistas e republicanas conferiram à educação em geral, e às colônias escolares, em particular. Além disso, o aumento e a diversificação das entidades promotoras das colônias não se deu tanto por uma dimensão

filantrópica e beneficente, que em menor ou maior medida permaneceu ao longo do período considerado, mas por um maior enraizamento institucional e social de um projeto de regeneração nacional, por meio da educação, promovido pelo reformismo pedagógico do início do século, com uma destacada atuação social a favor, em um sentido amplo, da melhora de raça.

REFERÊNCIAS

AJUNTAMENT DE BARCELONA. COMISSIÓ DE CULTURA. *L'obra de colònies escolar, banys de mar i semicolònies per als alumnes de les escoles de Barcelona 1906-1931*. Barcelona: Successors d'Henrich, 1932.

ALCÁNTARA GARCÍA, P. de. Las colonias escolares. *La Escuela Moderna*, Madrid, v. 1, n. 3, p. 181-188, jun.1891.

ALGORA ALBA, C. Las colonias escolares municipales de Sevilla durante la Segunda República. *Anuario de Investigaciones Hespérides*, Granada, n. 1, p. 529-542, 1994.

_____. *El Instituto-Escuela de Sevilla (1932-1936). Una proyección de la Institución Libre de Enseñanza*. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1996.

BION, M. W. *Les colonies de vacances. Mémoire historique et statisque*. Paris: Ch. Delagrave-Hachette et C.^a, 1887.

BION, W. *Die Ferienkolonien und verwandte Bestrebungen auf dem Gebeite der Kinder-Gesundheitspflege*. Zürich: Secretariat der Züricher Ferienkolonien, 1901.

BLANCO Y SÁNCHEZ, R. *Organización escolar*. Madrid: Imprenta de la ciudad lineal, 1927.

COHEN AMSELEM, A. La infancia entre la vida y la muerte. La mortalidad de los niños. In: BORRÁS LLOP, J. M.^a (Dir.). *Historia de la infancia en la España contemporánea 1834-1936*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales-Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1996, p. 107-148.

COSSÍO, M. B. Las colonias escolares de vacaciones (conclusión). *Boletín de la Institución Libre de Enseñanza*, v. 12, n. 278, p. 217-219, 1888.

CRUZ, J. I. *Las colonias escolares valencianas (1906-1936)*. Valencia: Generalidad Valenciana, 1991.

DELPÉRIER, L. *Les Colonies de Vacances*. Paris: Libraire Victor Lecoffre, J. Gabalda et C.^a, 1908.

ESTEBAN, L. Las colonias escolares en España y especialmente en Valencia. In: *Memorias de la Junta Valenciana de Colonias Escolares. Años 1914 a 1933*. València: Conselleria de Cultura, Educació y Ciència de la Generalitat Valenciana, 1989, p. 9-41.

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, M. *La atención socioeducativa a los marginados asturianos (1900-1939)*. Oviedo: Servicio Central de Publicaciones del Principado de Asturias, 1998.

GARCÍA DEL DUJO, A. *Museo Pedagógico Nacional (1882-1941)*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1985.

GARCÍA DEL REAL, M^a. Las colonias escolares de Bilbao. *La Medicina Social Española*, Madrid, v. 2, n. 48, p. 753-755, diciembre 1917.

GUIBERT NAVAZ, M^a E. *Historia de la Escuela Normal de Navarra (1831-1931)*. Pamplona: Institución Príncipe de Viana, 1983.

LÓPEZ NÚÑEZ, A. *La protección a la infancia en España*. Madrid: Imp. de Eduardo Arias, 1908.

LLOPIS, R. *La revolución en la escuela. Dos años en la Dirección General de Primera Enseñanza*. Madrid: Aguilar, 1933 [edición facsímil, Madrid: Biblioteca Nueva, 2005].

MARTÍNEZ NAVARRO, A. La educación física y las colonias escolares. In: RUIZ BERRIO, J.; TIANA FERRER, A.; NEGRÍN FAJARDO, O. (Eds.). *Un educador para un pueblo. Manuel B. Cossío y la renovación pedagógica institucionista*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1987, p. 177-199.

MARTÍNEZ NAVARRO, A. El contacto con la naturaleza en la escuela madrileña a comienzos del siglo XX. In: *El hombre y la tierra en la escuela madrileña de principios de siglo. Catálogo sobre la exposición de material escolar y textos didácticos*. Madrid: Facultad de Educación-Universidad Complutense de Madrid, 1996, p. 61-71.

MORENO MARTÍNEZ, P. L. La protección a la infancia en Cartagena (1908-1934): instituciones e iniciativas. *Historia de la Educación. Revista interuniversitaria*. Salamanca, n. 18, p. 127-147, 1999.

MORENO MARTÍNEZ, P. L. Tiempos de paz, tiempos de guerra: la Cruz Roja y las colonias escolares en España (1920-1937). *Áreas*. Murcia, n. 20, p. 139-160, 2000.

MORENO MARTÍNEZ, P. L. The Hygienist Movement and the Modernization of

Education in Spain. *Paedagogica Historica. International Journal of the History of Education*. Rochester, v. 42, n. 6, p. 793-815, dec. 2006.

MORENO MARTÍNEZ, P. L. Child Protection within an International Context: the 1908 reports by Álvaro López and Julián Juderías. In: MAYER, C.; LOHMANN, I.; GROSVENOR, I. *Children and Youth at Risk. Approaches from the History of Education*. Oxford: Peter Lang, 2008 (en prensa).

MUSEO PEDAGÓGICO DE INSTRUCCIÓN PRIMARIA. *La primera colonia escolar de Madrid (1887)*. Madrid: Establecimiento Tipográfico de Fortanet, 1888.

NIETO PINO, A. *La enseñanza primaria en Valladolid (1900-1931)*. Valladolid: Ayuntamiento de Valladolid, 1996.

ONTAÑÓN, E. Las colonias de la Institución Libre de Enseñanza. *Boletín de la Institución Libre de Enseñanza*, Madrid, IIª Época, v. 55, p. 79-88, oct. 2004.

ONTAÑÓN, J.; COSTA, J. Colonias escolares de vacaciones (Ferienkolonien). *Boletín de la Institución Libre de Enseñanza*, Madrid, v. 6, n. 138, p. 249-251, nov. 1882.

PEREIRA DOMÍNGUEZ, M.^a C. *La obra socio-educativa realizada por la Caja de Ahorros Municipal de Vigo a través de las colonias escolares (1927-1983)*. Vigo: Caixa-Vigo, 1991.

PEREYRA, M. Educación, salud y filantropía: el origen de las colonias escolares de vacaciones en España. *Historia de la Educación. Revista interuniversitaria*. Salamanca, n. 1, p. 145-168, 1982.

PRESIDENCIA DEL CONSEJO DE MINISTROS. *Anuario Estadístico de España. Año XIX, 1934*. Madrid: Sucesores de Rivadeneyra, 1935.

SALCEDO Y GINESTRAL, E. *Estudio de Higiene Pedagógica. Las colonias escolares de vacaciones en España durante los años de 1887 a 1897*. Madrid: Imp. de Ricardo Rojas, 1900.

SELA, A. Las colonias escolares de vacaciones. *Boletín de la Institución Libre de Enseñanza*, Madrid, v. 11, n. 252, p. 225-228, 1887.

SOLER, P. *L'educació en el lleure a Girona*. Girona: Llibres del Segle-Facultad de Ciències de l'Educació de la Universitat de Girona, 1995.

